



VIOLÊNCIA

Ex-sub-secretário do governo do Rio de Janeiro, José Carlos Simonin parte para as ofensas. Faz postagem nas redes sociais do advogado da adolescente vítima de brutalidade sexual e de atriz que vem cobrando a punição dos cinco envolvidos

Pai de acusado de estupro ataca críticos

» FABIO GRECCHI
» LETÍCIA CORREIA*

O advogado Rodrigo Mondego, que representa a adolescente vítima de estupro coletivo em Copacabana, e a atriz e roteirista Sherazade Medina denunciaram terem sido vítimas de agressões verbais por parte de José Carlos Simonin, ex-sub-secretário estadual de governança do Rio de Janeiro e pai de um dos acusados do estupro, que está preso. Os dois tiveram as redes sociais invadidas e divulgaram os ataques que sofreram pelo ex-integrante do governo de Cláudio Castro (PL). Sherazade, inclusive, prestou queixa na 12ª Delegacia de Polícia (Copacabana), que investiga a violência sexual contra a jovem. Já Mondego estuda uma interpretação judicial.

José Carlos é pai de Vitor Hugo Oliveira Simonin, um dos acusados do estupro coletivo. Na conta que o advogado mantém no Instagram, o ex-sub-recretário deixou a seguinte mensagem: "Vai trabalhar pra pagar as suas contas, vagabundo". Mondego, porém, rebateu ao ataque de José Carlos.

"Caro ex-sub-secretário. Vagabundo não sou. Sou, sim, advogado e trabalho bastante. Inclusive, para que o vagabundo do seu filho continue enjaulado, respondendo na Justiça pelo estupro que lhe é imputado", retrucou. Junto à postagem, o advogado ainda faz um comentário: "O ex-sub-secretário de governança do governo Cláudio Castro, pai do estuprador Vitor Hugo Simonin, resolveu me mandar mensagem para tentar me intimidar".

Mondego afirmou ter observado que o ex-subsecretário o seguia em suas redes sociais. "Ele vinha me seguindo desde que assumi o caso. Depois de algumas reportagens exibidas na tevê, no domingo, ele resolveu me atacar. Eu respondi ao ataque dele. Mas não foi só o xingamento. Ele teve a nítida intenção de intimidar a defesa da vítima, o que pode ser considerado coação no curso do processo", observou.

O advogado diz que, em tese, houve infração ao artigo 344 do Código Penal, que trata de violência contra autoridade, parte, testemunha, perito

Reproduções/Instagrams pessoais



Sherazade pediu punição para Vitor Hugo e foi atacada pelo pai dele

ou intérprete, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio em processo judicial. O crime, se confirmado, é punido com reclusão de um a quatro anos. "Nesse momento, nossa prioridade é buscar apoio psicossocial para a vítima e responsabilizar os autores do crime. Em outro momento vamos analisar as medidas cabíveis que dependem de minha iniciativa", frisou Mondego.

No caso de Sherazade, José Carlos fez o seguinte comentário na conta que ela mantém no Instagram: "Ela é sua filha? É a sua cara. KKK, esconde esses peitos, independente". A postagem está em um dos vídeos em que ela comenta o estupro coletivo da adolescente. Entre os apoios da atriz e roteirista para que denuncie a intimidação

praticada pelo ex-sub-secretário, estão os dos atores Carmo Della Vecchia e Vanessa Gerbelli.

Em 31 de janeiro, a adolescente afirma que foi atraída pelo ex-namorado, menor de idade, para o apartamento de Vitor Hugo, em Copacabana, onde ele estava com outros três adultos. Os quatro maiores de idade, entre eles Vitor Hugo, teriam abusado da vítima e são réus por estupro coletivo qualificado. Já o menor que participou do ataque à jovem responde por atos infracionais análogos.

Exoneração

José Carlos Simonin exercia o cargo de subsecretário estadual de Governança, Compliance e Gestão Administrativa, órgão vinculado à Secretaria



Advogado da jovem estuprada rebateu comentário do ex-sub-secretário

Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Em 4 de março, depois de o caso vir à tona, ele foi exonerado pelo governador. No mesmo dia, Vitor Hugo, que estava foragido, se entregou à polícia — Matheus Veríssimo Zoel Martins, João Gabriel Xavier Bertho e Bruno Felipe dos Santos Allegretti já estavam presos.

Ao apresentar-se na 12ª DP, chamou a atenção o fato de que Vitor Hugo usava uma camiseta com a frase em inglês "Regret nothing" ("Não se arrependa"), associada a grupos que propagam discursos de ódio contra mulheres. No domingo, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, exibiu uma reportagem em que trazia vídeo no qual os quatro estupradores debochavam da violência cometida contra a adolescente.

"A mãe de alguém teve que chorar, porque as nossas mães hoje...", diz um deles. Nas imagens, feitas dentro do elevador instantes depois de deixarem o apartamento onde cometeram o crime, os cinco agressores aparecem rindo e fazendo piadas. O grupo, aliás, é suspeito de ter praticado outros dois ataques sexuais anteriormente.

As defesas dos cinco suspeitos negam as acusações e afirmam que irão provar inocência no decorrer do processo. Já o ex-sub-secretário e sua defesa não foram localizados para comentar as postagens nas redes sociais do advogado e da atriz. **(Com Agência Estado)**

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

Bombeiro desconfiou de como a pistola estava na mão da soldado. Isso enfraquece versão de que ela tirou a própria vida

contraindicada, já que a ação poderia dificultar as investigações ao comprometer a preservação da cena da ocorrência. Segundo a reportagem, os laudos da Polícia Técnico-Científica indicam que foi isso que ocorreu: o local onde o caso aconteceu não foi preservado "corretamente", o que impediu os peritos de determinarem "com precisão a dinâmica do disparo e quem atirou".

A defesa da família de Gisele afirma ainda, conforme o *Fantástico*, que há inconsistências em relação ao momento do tiro relatado pelo tenente-coronel. Isso porque, segundo uma vizinha, o estampido do disparo teria sido ouvido por ela às 7h28, enquanto a primeira ligação feita pelo policial para pedir socorro ocorreu às 7h57 — quase 30 minutos depois.

A reportagem tentou contato com a defesa do tenente-coronel e com o desembargador, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. Ao *Fantástico*, o magistrado afirmou que foi chamado ao apartamento como amigo de Geraldo e que esclarecimentos, se necessários, serão prestados à polícia judiciária.

Mais proteção ao vulnerável

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no domingo, a Lei 15.353, que estabelece a presunção absoluta de vulnerabilidade no crime de estupro de um menor de 14 anos. A nova norma altera o Código Penal para garantir que a condição da vítima não possa ser reduzida ou questionada por juízes com base em circunstâncias específicas do caso.

A legislação determina que as penas se aplicam independentemente de consentimento da vítima, de sua experiência sexual anterior ou de gravidez resultante da violência. O objetivo é evitar interpretações judiciais que mitiguem o crime, como foi no caso do desembargador Magid Nauel Láuar, da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), que proferiu voto que levou, inicialmente, à absolvição de um homem acusado de estupro de uma adolescente de 12 anos, com a qual mantinha suposta relação marital. O magistrado reviu a decisão que dera — o que levou à condenação do estuprador —, mas foi afastado pelo Conselho Nacional de Justiça em função de denúncias de que teria praticado delitos sexuais no período em que atuou como juiz nas comarcas de Ouro Preto e Betim.

"Em pleno século XXI, não podemos mais aceitar esse tipo de violência contra nossas meninas. E essa mudança é um passo civilizatório nas leis brasileiras", publicou Lula, no X (antigo Twitter).

Em 2022, entre as vítimas de violência sexual monitoradas pela Rede de Observatórios da Segurança, 56,5% eram meninas de 0 a 17 anos. Além disso, crianças de até nove anos são apontadas como as maiores vítimas de violência doméstica e intrafamiliar no Brasil. Somente em 2022, foram registrados 21.875 casos nessa faixa etária.

A nova lei pretende enfrentar, também, o casamento infantil, fadada para mascarar abusos ou resolver situações de vulnerabilidade, como a gravidez precoce. Em 2024, os cartórios brasileiros notificaram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 193 casamentos civis nos quais pelo menos um dos cônjuges tinha menos de 16 anos. Esse número representa quase o dobro do registrado em 2023, apresentando um aumento de 91 casos em relação ao ano anterior. A maioria desses registros envolveu meninas: em 183 casos, a noiva era menor de 16 anos e o noivo tinha 16 anos ou mais.

O Censo Demográfico de 2022 do IBGE mostrou que cerca de 34.202 crianças entre 10 e 14 anos viviam em união conjugal no país. Desse total, as meninas representam 77,2% dos casos (26.398 meninas ante a 7.804 meninos). (LC)



Em pleno século XXI, não podemos mais aceitar esse tipo de violência contra nossas meninas. E essa mudança é um passo civilizatório nas leis brasileiras"

Presidente Lula

Socorrista contesta suicídio de policial

O relato de um socorrista que atendeu à ocorrência da morte da soldado da Polícia Militar Gisele Alves, de 32 anos, em 18 de fevereiro, apresenta divergências em relação à versão apresentada pelo marido dela, o tenente-coronel da PM Geraldo Leite Rosa Neto. Segundo ele, a esposa teria tirado a própria vida dentro de casa, um apartamento no bairro do Brás, região central de São Paulo, momentos depois de uma discussão na qual ele teria proposto a separação do casal. Conforme o policial, ele estava no banho no início da manhã daquele dia quando ouviu um barulho de disparo e encontrou Gisele já baleada no chão.

Contudo, informações apresentadas pelo programa *Fantástico*, com base em depoimentos colhidos na investigação, indicam que um dos socorristas acionados para atender à ocorrência afirmou que o tenente-coronel não parecia ter saído do banho: ele estaria seco e o imóvel não apresentava marcas de água pelo apartamento. Além disso, o mesmo socorrista afirmou que a arma

estava bem encaixada na mão de Gisele — algo que ele disse nunca ter visto em 15 anos de profissão em casos de suicídio — e que o sangue da policial já estava coagulado. A defesa que representa a família de Gisele acredita que a soldado tenha sido vítima de feminicídio.

Em nota, os advogados que defendem Geraldo afirmam que ele "não figura como investigado, suspeito ou indiciado no procedimento em curso", que desde o início das apurações o policial "tem colaborado com as autoridades competentes".

A morte foi registrada como suicídio, mas a classificação mudou depois de a família de Gisele afirmar que a soldado sofria abusos e violência do marido — passou a ser tratado como morte suspeita. Na última sexta-feira, a Justiça determinou a exumação do corpo de Gisele.

O *Fantástico* também teve acesso às ligações que Geraldo Neto fez à Polícia Militar, às 7h57, e ao Corpo de Bombeiros, às 8h05, para avisar sobre o episódio e pedir socorro. Nas duas ocasiões, ele afirmou que

Reprodução de vídeo



a esposa havia atirado na própria cabeça, que ainda estaria respirando e que precisava de ajuda. Imagens de monitoramento do edifício mostram o tenente-coronel caminhando pelo corredor do prédio, sempre ao telefone, enquanto os socorristas prestavam atendimento.

Ainda de acordo com a reportagem, pouco depois das 9h, o desembargador Marco Antônio Pinheiro Machado Cogan, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), apareceu no prédio para conversar com o tenente-coronel. Segundo a defesa da família de Gisele, ele teria sido

a primeira pessoa a receber uma ligação de Geraldo depois do disparo.

Roupa trocada e banho

O desembargador entra no apartamento do policial. Minutos depois, Geraldo reaparece nas imagens do corredor de roupa trocada e aparenta ter tomado banho. Ele deixa o prédio acompanhado de outros agentes que passaram a chegar ao local ao longo da ocorrência.

Colegas da corporação teriam avisado o tenente-coronel de que se lavar seria uma medida